

Simulações dos impactos macroeconômicos, setoriais e distributivos da PEC 45/2019

Sumário dos principais resultados

Esse sumário, elaborado pela equipe do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), apresenta os principais resultados do estudo elaborado pelos professores Edson Paulo Domingues e Debora Freire Cardoso, que teve como objetivo simular os impactos macroeconômicos, setoriais e distributivos da reforma tributária, nos termos propostos na PEC 45/2019.¹

Foram simulados três cenários, considerando a substituição de cinco tributos atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um imposto sobre bens e serviços (IBS) e por um imposto seletivo (IS) incidente sobre combustíveis fósseis, fumo e bebidas alcoólicas.² O IBS é um imposto sobre o valor adicionado, não cumulativo e que incide com alíquota uniforme sobre o consumo de bens e serviços. O IS foi calibrado de forma a que a soma do IBS cobrado sobre combustíveis fósseis, fumo e bebidas com o IS mantenha a carga tributária atual sobre esses três produtos.

No primeiro cenário (Cenário Base), simulou-se apenas o efeito da eliminação da cumulatividade do sistema tributário atual (ou seja, da cobrança de tributos ao longo da cadeia de produção e comercialização que não são recuperados nas etapas seguintes) e o efeito da realocação de capital e trabalho em função da adoção de alíquotas uniformes para todos os setores. Neste cenário, o impacto da reforma tributária resultaria em um aumento de 4,1% do PIB (todos os valores são impactos de longo prazo).

Nos demais cenários foram considerados, adicionalmente, outros efeitos positivos da reforma tributária sobre a produtividade (como a redução do custo burocrático de pagar impostos, a redução do litígio tributário e a eliminação das distorções decorrentes da guerra fiscal). Foram consideradas duas hipóteses: uma hipótese otimista (Cenário

¹ O estudo dos Professores Domingues e Cardoso também se encontra acessível, na forma de nota técnica, no site do Centro de Cidadania Fiscal (www.cciF.com.br)

² O trabalho original contempla um quarto cenário, que simula o que ocorreria caso não houvesse os impostos seletivos. Esse cenário não foi considerado no presente sumário, por constituir apenas um contrafactual de qual seria o efeito da reforma tributária na ausência dos impostos seletivos.

B), em que a incorporação desses demais fatores resultaria num aumento do PIB potencial de 20% (valor obtido de trabalho de Bráulio Borges, com base em outra metodologia)³; e uma hipótese conservadora (Cenário A), em que o crescimento do PIB alcançaria um resultado intermediário (aumento de 12%). Os impactos macroeconômicos dos diversos cenários são apresentados na Tabela 1.

No cenário base, chama a atenção o aumento relevante do investimento, que é muito prejudicado pela cumulatividade do sistema tributário brasileiro. Nos demais cenários, quando se incorporam os efeitos positivos da reforma tributária sobre a produtividade, o aumento do consumo das famílias tende a ser superior ao crescimento do PIB, sendo de 12,5% no cenário conservador.

Outro dado obtido a partir do modelo é o impacto sobre o Trabalho (número de horas trabalhadas), que é uma *proxi* para o impacto da reforma tributária sobre o emprego. No cenário conservador, o aumento do emprego seria de 7,5%.

Tabela 1. Impactos macroeconômicos

Variáveis		Base	Conservador (A)	Otimista (B)
PIB	var. % real	4,1	12,0	20,0
Consumo Famílias	var. % real	1,5	12,6	24,2
Investimento	var. % real	16,4	20,3	25,0
Exportacoes	var. % real	6,1	11,7	17,4
Importacoes	var. % real	3,7	9,5	15,6
Trabalho	var. % real	2,7	7,5	12,6
Renda das Famílias	R\$ bilhões	127	559	1.014
(Variação Equivalente)	% Consumo	3,3%	14,6%	26,4%
	% Renda	2,1%	9,3%	16,9%

Por fim, um dos resultados do modelo é uma estimativa do aumento da renda das famílias (resultado da “Variação Equivalente”, que considera tanto a renda do trabalho quanto a renda do capital decorrente do aumento do lucro das empresas). No cenário conservador o aumento da renda das famílias seria de R\$ 559 bilhões (a preços de 2015), o que corresponde a um aumento de 9,3% em relação ao cenário em que não há reforma.

³ Publicado como nota técnica do Centro de Cidadania Fiscal e disponível no site do CCiF.

Outro resultado obtido do modelo é o impacto setorial da reforma tributária, apresentado na Tabela 2.

Em todos os cenários, os macrossetores (agropecuária, indústria e serviços) são beneficiados pela reforma tributária. A indústria é o setor mais beneficiado, o que decorre do fato de ser o setor mais dependente de investimentos em máquinas e equipamentos e ser o setor mais tributado da economia brasileira no sistema atual. Mas a agropecuária e os serviços também apresentam crescimento do PIB em todos os cenários, pois os efeitos positivos da reforma tributária sobre a redução do custo de seus insumos e sobre a renda das famílias mais que compensam a elevação do preço de alguns subsetores resultante da adoção de alíquota uniforme sobre o consumo de todos os bens e serviços.

Tabela 2. Variação da atividade setorial (%)

	Base	Conservador (A)	Otimista (B)
Agropecuária	3,4	10,6	18,2
Indústria	8,1	16,6	25,7
Serviços	2,7	10,1	18,0

Quando se desce a um maior grau de detalhamento setorial, a grande maioria dos setores segue sendo beneficiada – em termos de aumento da atividade - em todos os cenários (ver tabela no anexo ao final desse texto). Alguns setores de serviços registram uma queda de atividade no cenário base, que incorpora apenas parte dos efeitos da reforma tributária. É o caso de educação privada, saúde privada e serviços pessoais. No entanto, quando se consideram os demais efeitos da reforma sobre a produtividade, mesmo no cenário conservador, todos os setores da economia são beneficiados pela reforma tributária, com o crescimento da atividade variando de 3,8% (serviços pessoais) a 23,6% (automóveis, caminhões e utilitários).

Por fim, o exercício realizado também permite estimar o efeito da reforma tributária sobre o poder de compra (renda dividida pelo custo da cesta de consumo) das diversas faixas de renda familiar (em salários-mínimos).⁴ Como se vê na Tabela 3, o impacto da reforma tributária é progressivo em todos os cenários, com o aumento do

⁴ No trabalho completo, esse resultado é apresentado como variação do bem-estar por faixa de renda. Como o resultado é a combinação da variação da renda com a variação do custo da cesta de consumo (por faixa de renda) optou-se, nesse sumário, por apresentar o resultado como variação do poder de compra (medido em relação à renda total de cada faixa de renda).

poder de compra sendo maior para as famílias de menor renda e cadente à medida em que a renda familiar cresce. Isso decorre essencialmente do fato de que, no sistema tributário atual, a cesta de consumo das famílias de maior renda (mais intensiva em serviços) é menos tributada que a cesta de consumo das famílias de menor renda (mais intensiva em mercadorias). Com a adoção de alíquota uniforme na tributação do consumo, as famílias de menor renda são mais beneficiadas, mesmo com o fim da desoneração da cesta básica.

Vale notar que os resultados apresentados abaixo subestimam o efeito distributivo da reforma, pois não levam em consideração o regime de isenção personalizada (devolução do imposto incidente no consumo para as famílias de menor renda) previsto na PEC 45.

Tabela 3. Evolução do poder de compra por faixa de renda

Faixa de renda	Base	Conservador (A)	Otimista (B)
0-1 s.m.	3,2%	10,2%	17,5%
1-2 s.m.	3,0%	10,1%	17,4%
2-3 s.m.	2,9%	10,0%	17,4%
3-5 s.m.	2,7%	9,8%	17,3%
5-6 s.m.	2,5%	9,6%	17,1%
6-8 s.m.	2,2%	9,4%	17,0%
8-10 s.m.	2,0%	9,3%	16,9%
10-15 s.m.	1,7%	9,0%	16,7%
15-20 s.m.	1,3%	8,5%	16,2%
20-30 s.m.	1,0%	8,4%	16,3%
maior 30 s.m.	0,6%	8,1%	16,1%

Obs. A variação do poder de compra é estimada a partir da renda (Variação Equivalente) e do custo da cesta de consumo de cada faixa de renda.

Anexo. Impacto da reforma tributária sobre o PIB setorial (variação - %)

	Base	Conservador	Otimista		Base	Conservador	Otimista
1 AgricultOut	3,5	10,8	18,6	33 AutoUtiliCam	11,8	23,6	36,2
2 Pecuaria	3,2	9,8	16,8	34 PecVeicAutom	9,6	19,7	30,5
3 FloresPesc	3,5	11,5	20,0	35 OutEqTransp	10,2	18,8	27,9
4 ExtrCarvMin	10,9	17,7	25,0	36 MovIndDivers	4,7	15,0	26,0
5 PetroleoGas	7,1	18,0	28,8	37 MaqEquipManu	8,7	17,2	26,3
6 MinerioFerro	6,5	16,4	26,0	38 EletrOutUrba	7,5	20,7	33,3
7 MinMetalINfer	8,2	16,6	24,7	39 AguaEsg	-0,2	9,9	20,6
8 Alimentos	2,1	9,5	17,3	40 Construcao	15,4	19,5	24,3
9 Acucar	4,1	8,5	13,4	41 Comercio	4,8	14,2	24,1
10 OutrAlim	2,0	9,7	17,7	42 TranspTerr	4,2	13,6	23,5
11 Bebidas	2,5	11,9	21,7	43 TranspAereo	9,1	17,9	27,4
12 ProdFumo	2,6	9,0	15,8	44 TranspArmCor	3,3	11,8	20,8
13 Texteis	5,2	15,6	26,6	45 Alojamento	5,1	13,9	23,5
14 ArtVestuario	3,5	13,8	24,6	46 Alimentacao	-0,5	9,1	19,2
15 CouroCalçado	4,7	13,8	23,3	47 EdicImpres	0,8	9,4	18,5
16 ProdMadeira	7,5	15,1	23,2	48 TvRadioCin	4,8	14,2	24,0
17 CelulosPapel	5,4	13,9	22,9	49 Telecom	5,2	15,9	27,0
18 JornRevDisc	4,0	12,6	21,6	50 ServInformac	9,9	16,4	23,4
19 RefPetroleo	4,9	16,4	28,4	51 FinancSeguro	3,1	12,3	22,1
20 Biocomb	6,7	20,9	35,6	52 ServImobAlug	5,0	14,8	25,5
21 ProdQuimicos	7,0	15,5	24,6	53 AtivJuriCont	4,8	13,6	22,9
22 DefAgricolas	8,1	16,0	24,6	54 ServArqEng	12,1	17,4	23,4
23 PerfumarOut	8,2	19,6	31,6	55 OutrProfCien	4,7	13,6	23,0
24 ProdFarmac	2,8	12,5	22,8	56 AlugNImob	6,8	17,9	29,1
25 BorracPlast	7,9	16,7	26,1	57 OutAtivAdm	2,2	9,5	17,2
26 PrMNaomet	12,6	18,4	24,8	58 AtivVigSeg	3,2	9,8	16,7
27 ProdFerro	9,7	17,3	25,3	61 EducMercant	-5,4	5,2	17,9
28 ProdMetalINfe	9,2	17,2	25,5	63 SaudeMercant	-3,7	6,2	17,6
29 ProdMetal	9,9	18,7	28,2	64 AtivArtCriat	2,2	12,3	23,0
30 EscrEletInf	12,6	21,6	31,3	65 OrgAssocPess	-2,6	6,3	15,7
31 MaqEquipElet	11,3	20,7	30,6	66 ServPess	-6,3	3,8	16,2
32 MaqEquipMec	13,9	20,0	26,9				

Observação: Exclui setores que não são afetados pela reforma tributária, como administração, educação e saúde pública.